

3ª Conferência FORGES

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Dezembro 2013

Redes de ensino superior: concentração ou diversificação¹²

Conceição Rego (mcpr@uevora.pt), CEFAGE-UE & Departamento de Economia, Universidade de Évora, Portugal

Resumo

Nas últimas décadas, um pouco por toda a Europa, e particularmente em Portugal, as redes de ensino superior alargaram-se e diversificaram-se, baseando-se em instituições diversas, atingindo públicos diferenciados e territórios também distintos. Este cenário acompanhou na Europa o crescimento económico e o *baby-boom* do pós-guerra e, no caso português, concretizou-se com a democratização política do país. Os tempos atuais, de contenção orçamental um pouco por toda a Europa (especialmente nos países do sul da zona euro) bem como de inverno demográfico, colocam difíceis desafios às redes de ensino superior. Neste texto propomo-nos discutir vantagens *versus* inconvenientes, do ponto de vista económico, social e territorial, da existência de redes de ensino superior mais ou menos concentradas/dispersas pelo território. Da Europa chegamos exemplos diversos de países que apostaram na dimensão relativamente pequena dos estabelecimentos de ensino superior ao contrário de outros países cujas redes funcionam com estabelecimentos de grande dimensão. Também diferente foi o comportamento dos diversos países em relação à distância média entre os vários estabelecimentos de ensino superior.

A abordagem que nos propomos neste estudo vai centrar-se exclusivamente nas características das redes de ensino superior públicas, uma vez que, neste caso, as políticas públicas podem claramente induzir comportamentos diferenciados consoante o decisor público manifeste preferência inequívoca pelo aumento da concentração dos

¹ Este trabalho decorre da investigação realizada no âmbito do projeto FCT PTDC/CPE-PEC/103727/2008, Reconstruir a rede do sistema de ensino superior Português: desafios da demografia, do crescimento económico e da coesão regional, bem como o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (concessão PEst-C/EGE/UI4007/2011). Agradece-se o apoio financeiro.

² Outras versões deste documento estão disponíveis em http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_19_congress.pdf (relativo ao texto apresentado no 19º Congresso da APDR) bem como em Rego, Conceição; Abreu, Adriana; Cachapa, Filipa (2013).

estabelecimentos, concretizada com uma rede de estabelecimentos de menor dimensão, ou pela capacidade de mais públicos acederem ao sistema, através uma rede mais alargada e diversificada. A análise do caso português, em comparação com alguns casos europeus, constituirá a base de trabalho deste documento.

Palavras Chave: Acessibilidade, Coesão, Concentração, Diversificação, Rede de ensino superior

1. Introdução

As redes de instituições de ensino superior, nos diversos países, em especial no caso da Europa, apresentam modos de organização diversos, ainda que assentes, na generalidade, num sistema dual entre entidades públicas e privadas. Este sistema de ensino é, atualmente, generalizado e frequentado por grande parte dos jovens em idade para tal. Além disso, a proporção de jovens que procura e frequenta o ensino superior tem vindo a aumentar, ainda que nos diversos países seja diferente o ‘peso’ dos diplomados. Tal decorre de vários factores, como sejam a capacidade de acesso ao ensino superior, a valorização social e individual que se faz da educação, em especial do ensino superior, bem como dos benefícios, públicos e privados – por exemplo, prémios salariais –, associados com a educação superior. No caso português, ainda que no nível de qualificação da população seja relativamente baixo – dados da OCDE (2013) mostram que apenas 30% da população entre os 25 e os 34 anos têm ensino superior e entre os 25 e os 64 anos são menos de 20% - nos próximos anos este panorama poderá vir a alterar-se na medida em que actualmente cerca de 85% dos jovens entre os 15 e os 19 anos frequentam o ensino superior. Contudo, a par deste sinal positivo, temos negativamente, o facto de, e em particular neste último ano, as candidaturas ao ensino superior público terem diminuído cerca de 9% em relação ao ano de 2012(Vieira e Vieira, 2013), o que em nosso entender está associado com a crise económica que o país está a atravessar, com as consequências inerentes ao nível da diminuição do rendimento das famílias bem como do aumento do desemprego.

Neste texto propomo-nos discutir vantagens *versus* inconvenientes, do ponto de vista económico, social e territorial, da existência de redes de ensino superior mais ou menos concentradas/dispersas pelo território. Teremos sempre como cenário o caso português. Em Portugal a rede de ensino superior é constituída por cerca de 130

estabelecimentos, públicos e privados, dispersos por todas as capitais de distrito, mas com um nível de concentração razoavelmente elevado na faixa litoral-urbana entre Lisboa e Braga (Rego e Caleiro, 2013). Desde há alguns anos que se discute, em relação à rede de ensino superior, se tem vagas a mais ou se tem alunos a menos; se as localizações deverão continuar dispersas, como são actualmente, ou mais concentradas, nos grandes centros universitários. A partir da comparação com as características das redes de outros países da Europa, procuramos tirar algumas ilações para o caso da rede de ensino superior portuguesa.

2. Dimensão da rede de ensino superior: concentração ou diversificação

A construção de uma rede de estabelecimentos do sector terciário, seja de que natureza for e conseqüentemente nesta lógica incluem-se as instituições de ensino superior (IES) – de acordo com a teoria de W. Christaller (relativa à hierarquia dos lugares centrais) deve atender a dois conceitos fundamentais: o limiar de procura e o alcance do bem. O limiar de procura diz respeito ao volume de procura dirigida a esse bem/serviço, o que traduz, naturalmente, um determinado volume de população. O alcance do bem, por seu turno, define-se como a área/território que deve ser servida por um dado estabelecimento, localizado num determinado ponto. Assim, a construção de uma rede de estabelecimentos de ensino superior deve procurar garantir estas duas condições: por um lado, perceber qual a procura potencial que é dirigida a uma dada IES e, por outro lado, ser claro qual a área geográfica ‘servida’ por um dado estabelecimento (de notar que, no caso português, esta abordagem faz tanto mais sentido quanto mais regionalizada se tem vindo a tornar a procura de ensino superior, devido, entre outros, à localização dispersa das IES bem como às dificuldades das famílias em suportarem os custos associados ao facto dos filhos estudarem fora de casa).

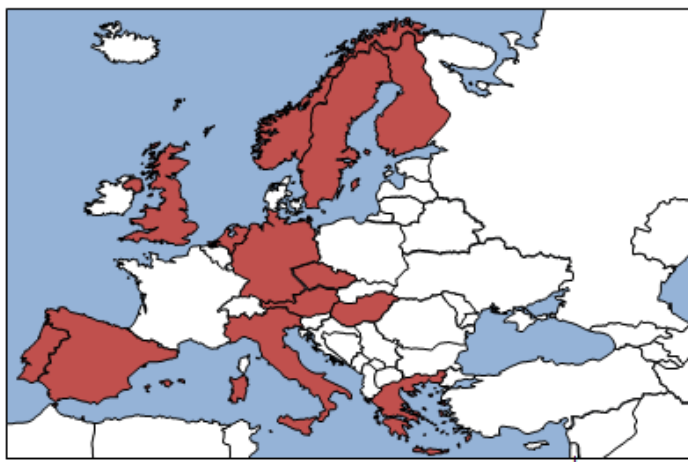
A verificação da forma como as IES e a respectiva rede contribuem para a coesão territorial, sendo também eficientes e eficazes com bons níveis de produtividade e qualidade, deverá passar pela análise da relação entre os recursos usados no sistema de ensino superior e os resultados obtidos, em termos da função ensino, da investigação e de transferência de tecnologia e conhecimento para a comunidade envolvente. Estes efeitos, uma vez produzidos, deverão contribuir para diminuir as diferenças entre as dotações factoriais das diversas regiões, contribuindo para

melhorar a coesão territorial. Em alternativa, a real contribuição das IES para a coesão territorial poder ser percebida considerando o cenário correspondente à sua extinção, medindo, numa lógica de análise custo-benefício, todos os custos e todos os benefícios, para o território envolvente, associados a esse cenário.

3. Algumas características das redes de ensino superior em alguns países da Europa

Para procurar compreender a estrutura das redes de ensino superior na Europa, decidiu-se estudar as redes de ensino superior de 13 países da Europa – Portugal, Espanha, Itália, Grécia (da Europa meridional), República Checa, Hungria (leste Europeu), Holanda, Alemanha, Áustria (da Europa ocidental), Reino Unido, Noruega, Suécia e Finlândia (da Europa setentrional)³. França não foi analisada devido ao facto do respectivo sistema de ensino superior ser bastante complexo e diverso da generalidade dos restantes sistemas europeus.

Figura 1: Países da Europa em estudo



Fonte: Elaboração própria através do *software* begraphic.com.

Nos países estudados, o sistema de ensino superior divide-se, fundamentalmente em instituições de tipo universitário e não universitário, sendo estas últimas em regra mais especializadas (tabela 1). Além destas diferenças, os sistemas são constituídos, em maior ou menor número por instituições públicas e privadas. Neste estudo apenas nos concentraremos sobre as instituições públicas.

Quanto à diversidade do ensino, esta está muito associado ao sector dual criado nos

³ Divisão contemporânea da Europa por regiões de acordo com as Nações Unidas.

anos 60 (politécnicos no Reino Unido), anos 70 (Alemanha), e anos 90 (Áustria e Finlândia), e que, com poucas exceções tais como Itália, Espanha e o Reino Unido, atualmente caracteriza a maioria dos países da Europa ocidental.

Tabela 1 – Tipos de instituições de ensino superior.

Países em estudo	Sector(es) do ensino superior					
Portugal	Ensino universitário (público, privado ou cooperativas); Oferecem todos os níveis de ensino superior		Ensino politécnico (público, privado ou cooperativas); Apenas não oferecem o 3º ciclo de estudos superiores			
Espanha	Estudos universitários; Oferecem todos os níveis de ensino superior		Estudos profissionais Oferecem cursos especializados (artes e desporto)			
Itália	Universidades;		Sistema de educação superior em artes e música			
Grécia	Sector universitário;		Sector tecnológico			
Alemanha	Universidades ou IES equivalente; Oferecem todos os níveis de ensino superior		Escolas de arte e música	Universidades de ciências aplicadas (inclui as universidades de ciências aplicadas para a administração pública)		
Holanda	Educação superior profissional		Educação universitária;			
República Checa	Instituições públicas: sob a autoridade do Ministério da Educação, Juventude e Desporto		Instituições estatais dependem do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior		Instituições privadas: sob a autoridade do Ministério da Educação, Juventude e Desporto	
Áustria	Universidades públicas		Universidades de ciências aplicadas	Universidades privadas	Escolas universitárias de pedagogia	
Hungria	Universidades públicas; Oferecem todos os níveis de ensino superior		Universidades privadas	Escolas (instituições de ensino superior não-universitário): apenas não conduzem trabalhos de investigação científica		
Reino Unido	Universidades; Oferecem todos os níveis de ensino superior		Escolas universitárias;	Escolas de educação superior; Instituições não universitárias oferecem cursos especializados (artes, design, teatro, música e agricultura)		
Noruega*	Escolas universitárias; Oferecem todos os níveis de ensino		Universidades	Escolas privadas	Instituições especializadas de nível superior	Escolas de artes e segurança
Suécia	Universidades do Estado; Oferecem todos os níveis de ensino superior		Escolas universitárias do Estado; Instituições não universitárias: apenas não oferecem o 3º ciclo de estudos superiores, salvo casos especiais devidamente autorizados			
Finlândia	Universidades		Politécnicos			

Fonte: Cachapa, Mendes e Rego, 2012;

http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/eurydice_en.php;

*<http://www.oecd.org/norway/37457548.pdf>.

O sector profissional no ensino superior foi criado para absorver a crescente adesão de inscritos no ensino superior, para permitir o alargamento do acesso a uma maior diversidade de estudantes e para aumentar a qualidade profissional da educação terciária (EUA, 2009). Na verdade o sistema binário sempre foi instável, sendo que

actualmente a vertente profissional é enfatizada em todos os estabelecimentos de ensino superior. Em todos os sistemas binários de ensino superior, a missão de investigação desta tipologia de IES enfatiza o carácter prático em torno das necessidades regionais, em particular das pequenas e médias empresas (EUA, 2009). Quanto aos sectores, verifica-se que a Alemanha, Áustria, Hungria, Reino Unido e Noruega criaram mais divisões nos sectores do ensino superior, embora a maioria dos países tenha criado apenas 2 divisões (ensino universitário e ensino profissional/tecnológico).

A dimensão das redes de ensino superior é caracterizada, neste estudo, pelos seguintes indicadores:

- Proporção e tipologias de instituições de ensino superior (IES públicas);
- Número de IES públicas por km²;
- Relação entre número de IES públicas e densidade populacional;
- Número de IES públicas por milhão de habitantes;
- Número de estudantes do ensino superior público por estabelecimento público de ensino superior.

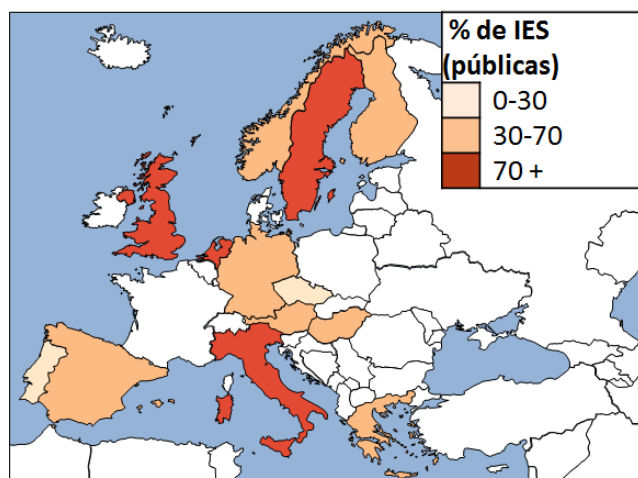
O ensino superior na Europa é composto por cerca de 4000 estabelecimentos de ensino. Nos países em análise, os estabelecimentos de ensino têm as seguintes proporções (em número) em termos de ensino público e ensino privado. Nos países em análise existem cerca de 1455 instituições de ensino superior, sendo que 945 instituições pertencem às redes públicas.

A figura 2 mostra a proporção (em %) de instituições públicas de ensino superior face ao total de IES (ensino público e ensino privado). Portugal apresenta uma proporção de instituições públicas de ensino superior muito inferior (27,1% de IES públicas) à proporção existentes de instituições privadas. O mesmo sucede com a República Checa (36,1% de IES públicas). Os países com maior proporção de IES públicas são o Reino Unido⁴, Holanda, Suécia e Itália. A Grécia, segundo o ERAWATCH (plataforma de informação europeia) apresenta atualmente cerca de 29 universidades privadas.

⁴ No Reino Unido as IES são consideradas organizações privadas, subvencionadas pelo Estado (Rede Eurydice, 2008). Existem apenas duas instituições privadas independentes no Reino Unido

Tabela 2 e Figura 2: Instituições públicas de ensino superior face ao total de IES existentes (%), entre 2009-2012

Países da UE-27	Total IES	% de IES (públicas)
Portugal	129	27,1
Espanha	79	63,3
Itália	95	70,5
Grécia	72	55,4
Alemanha	394	66,3
Holanda	60	88,3
República Checa	72	36,1
Áustria	35	62,9
Hungria	71	42,3
Reino Unido	284	99,3
Noruega	77	55,8
Suécia	46	78,3
Finlândia	41	43,9
Média (13 países)		66,3



Fonte: Elaboração própria, a partir de: República Checa - <http://www.studyin.cz/universities/> (2010/2011); Alemanha - http://www.hs-kompass2.de/kompass/xml/index_hochschule_en.htm (2013); Grécia http://erawatch.jrc.ec.europa.eu/erawatch/opencms/information/country_pages/gr/country?section=ResearchPerformers&subsection=HigherEducationInstitutions; Espanha http://www.eaconsortium.net/ecapedia/Higher_education_system_in_Spain#Types_of_institutions (2012); Itália - <http://www.ehea.info/Uploads/National%20reports/Italy.pdf> (2009-2012); Hungria <http://www.scholarship.hu/LinkClick.aspx?fileticket=w-Edhw5zJIU%3D&tabid=184&language=en-US> (2009-2010); Holanda; - Nuffic, Internalization in Higher Education in the Netherlands: Key figures (2009/2010) e National Report regarding the Bologna Process Implementation, (2009/2012); Áustria http://www.oead.at/welcome_to_austria/education_research/study_in_austria/EN/; Portugal - National Report regarding the Bologna Process implementation (2009-2012). Finlândia <http://www.ehea.info/Uploads/National%20reports/Finland.pdf> (2009/2010); Suécia <http://www.government.se/sb/d/6943> (2011); Reino Unido - <http://www.indiaeducation.net/studyabroad/uk/education-system.aspx> (2012) e <http://www.independent.co.uk/student/into-university/clearing/private-universities-an-independent-advantage-8052821.html> (2012); Noruega - National Report regarding the Bologna Process implementation (2009-2012).

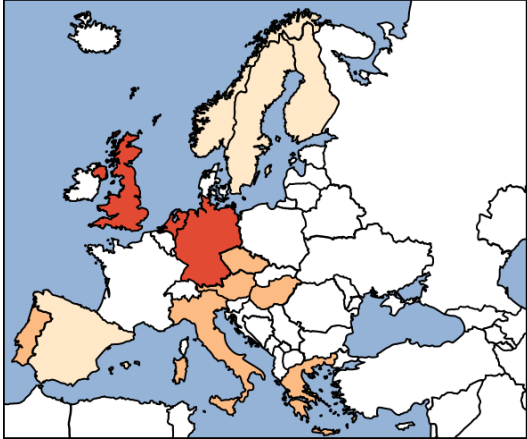
De acordo com a constituição grega somente as instituições públicas podem prestar serviços de educação superior, e portanto, o Estado Grego não reconhece os graus de universidades privadas existentes no país.

A maior ou menor facilidade de acesso ao ensino superior pode ser conhecida através do cálculo do número de IES públicas por km² (tabela 3 e figura 3). A Holanda, Reino Unido e Alemanha são os países com maior número de IES (públicas) por km² e com menor número encontram-se a Finlândia, Suécia, Espanha e Noruega. Assim sendo a acessibilidade (geográfica) ao ensino superior público pode apresentar-se superior na Holanda, Reino Unido e Alemanha. De assinalar a posição de Portugal neste indicador, pois apresenta o valor mais elevado a seguir à Alemanha. Neste indicador não podemos ignorar que a dimensão dos diversos países tem influência no resultado,

tal como o número de estabelecimentos de ensino superior. Neste conjunto de países em análise temos casos de territórios com dimensões muito distintas.

Tabela 3 e Figura 3: Número de IES por km²

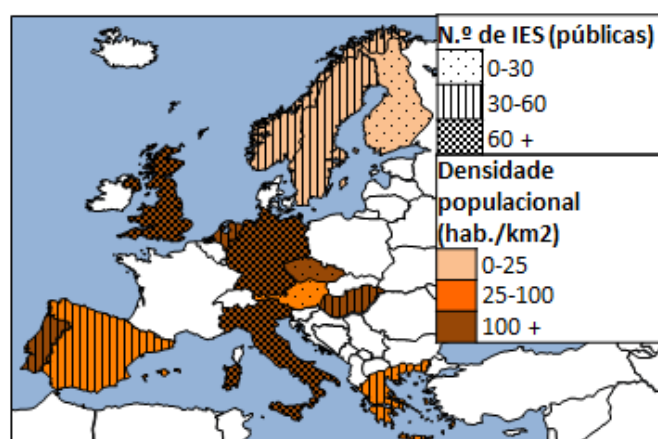
Países da UE-27	Nº de IES (públicas) por km ²
Portugal	0,38
Espanha	0,10
Itália	0,22
Grécia	0,27
Alemanha	0,73
Holanda	1,28
República Checa	0,33
Hungria	0,32
Áustria	0,26
Reino Unido	1,16
Noruega	0,11
Suécia	0,08
Finlândia	0,05



Fonte: Wikipédia, janeiro de 2013 (área em km²).

De seguida analisamos a relação entre o número de IES públicas e a densidade populacional.

Figura 4: Número de IES (públicas) e densidade populacional (hab./km²)



Fonte: elaboração própria a partir de fontes nacionais e europeias e do www.indexmundi.com/map/?v=21000&r=eu&l=en (fonte da densidade populacional).

Na figura 4, verifica-se que os países com os valores mais altos em termos de densidade populacional variam em termos de proporção de IES (públicas) ou seja, apesar da mesma densidade populacional, países como Portugal, Hungria, República Checa e Holanda têm um menor número de IES (públicas) do que países como Itália,

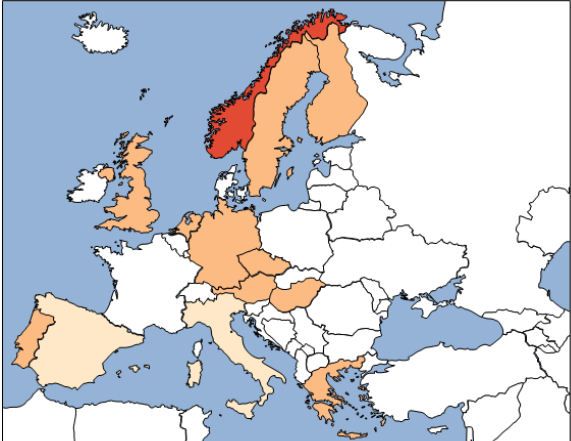
Alemanha e Reino Unido. A Áustria, Finlândia e República Checa têm a menor densidade de IES (públicas) dos países em estudo.

Verifica-se ainda que os países com maior número de IES públicas são aqueles cujas densidades populacionais também são as mais elevadas, o que pode sugerir a existência de um bom equilíbrio, em todos os países, entre a sua oferta e a procura (potencial) de ensino superior.

De seguida (tabela 4 e figura 5) pretende-se compreender qual a abrangência das IES em termos populacionais.

Tabela 4 e Figura 5: Número de IES (públicas) por milhão de habitantes (2010)

Países da UE-27	IES (públicas)/milhão de habitantes
Portugal	3,29
Espanha	1,09
Itália	1,11
Grécia	3,19
Alemanha	3,18
Holanda	3,20
República Checa	2,47
Hungria	3,00
Áustria	2,63
Reino Unido	4,55
Noruega	8,85
Suécia	3,85
Finlândia	3,36



Fonte: Eurostat, 2010.

O maior número de IES públicas por milhão de habitantes encontra-se na Noruega, seguindo-se o Reino Unido e a Suécia, o que significa que nestes países a população tem mais oferta de ensino superior público. Neste indicador os valores mais baixos encontram-se em Espanha e Itália. De assinalar que são diversos os países que têm cerca de 3 estabelecimentos de ensino superior por milhão de habitantes.

Tabela 5: Número de estudantes de IES públicas/n.º de IES públicas

Países da UE-27	Nº de estudantes de IES públicas / IES públicas
República Checa	14.258,3
Alemanha	8.604,3
Grécia	16.457,5
Espanha	32.005,3
Itália	27.040,7
Hungria	10.815,9
Holanda	12.281,2
Áustria	13.327,3
Portugal	8.395,1
Finlândia	13.696,6
Suécia	11.534,8

Reino Unido	Sem dados
Noruega	4.483,4

Fonte: OCDE, 2010.

Na tabela 5 analisa-se a dimensão média dos estabelecimentos de ensino através do número de estudantes do ensino superior público por estabelecimento público de ensino superior. Tendo em conta os países em análise, em Espanha e Itália há um maior número de estudantes por cada instituição pública de ensino superior, o que significa que nestes países cada estabelecimento de ensino atinge uma dimensão superior aos restantes. Na Noruega o número de alunos por cada IES é menor, seguindo-se Portugal e Alemanha.

4. Notas finais

De entre as conclusões retiradas deste estudo, destacamos o facto da proporção das instituições públicas e privadas ser muito distinta nos países considerados. Os dados levam-nos a concluir que os estabelecimentos de ensino superior público predominam nos países onde a generalização do acesso ao ensino superior está mais consolidado. A este respeito, veja-se o caso português, com uma forte proporção de estabelecimentos privados, os quais surgiram maioritariamente nos anos 90 de modo a dar resposta ao intenso aumento da procura, que o sistema público não teve capacidade de albergar.

Entre os indicadores obtidos neste estudo, destacamos agora o facto de Portugal ter cerca de 3,3 IES por milhão de habitantes. Este valor, próximo do registado na Alemanha (3,2) e bem distante do verificado na Noruega (8,9) indicia que não teremos estabelecimentos de ensino superior a mais, tendo em conta a dimensão da população. No caso destes países, as estruturas populacionais não registam diferenças suficientemente significativas que devam ser tomadas em consideração nesta análise. A dimensão média das IES públicas portuguesas, com cerca de 8300 estudantes, também não é muito diferente do caso alemão (8600). A Noruega, com uma média de 4400 estudantes por estabelecimento público e a Espanha com 32000 estudantes são os casos extremos de maior e menor dimensão média, nos países considerados. Em nosso entender, em Portugal a rede de ensino superior instalada teria ainda capacidade para absorver mais estudantes, caso se ultrapassasse um problema estrutural na educação

portuguesa: a pequena proporção de estudantes (cerca de 30%) que prosseguem os seus estudos do ensino secundário e o ensino superior.

Da análise das variáveis que seleccionámos e que construámos, verifica-se que a situação das redes de ensino superior nos diferentes países é muito distinta. As características atuais destas redes refletem pois, não apenas o investimento que recentemente os países têm feito neste grau de ensino, como também a herança cultural e religiosa e as características geográficas, sociais e económicas dos países. A (re)construção de uma rede de ensino superior deve, pois, atender à necessidade de instalar os diversos estabelecimentos de forma a afectar os recursos públicos e privados de forma eficiente, mas também com o objectivo de fazer com que a rede contribua para a coesão do território, para a melhoria da qualificação da população bem como da respectiva qualidade de vida. Se uma rede de ensino superior mais eficiente, do ponto de vista financeiro por exemplo, poderia ser constituída apenas por um ou dois estabelecimentos, localizados junto dos principais aglomerados urbanos, para os quais confluiriam a totalidade dos estudantes do ensino superior, já do ponto de vista da coesão territorial e da dispersão de recursos qualificados pelo território esta solução seria bastante desvantajosa. A análise quer do contributo para a eficiência como para a coesão, dos estabelecimentos que integram a rede de IES em Portugal, deve assim ser avaliado com base numa metodologia de análise de tipo custo-benefício, ponderando a totalidade dos recursos envolvidos bem como dos proveitos gerados em torno de cada um dos estabelecimentos.

5. Bibliografia

Cachapa, Filipa C., Maria Filomena Mendes e Maria da Conceição Rego (2012), Novos comportamentos na transição para a vida adulta: impactos da frequência do ensino superior, comunicação apresentada (por co-autor) no VII Congresso Português de Sociologia, Junho, Universidade do Porto (http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1551_ed.pdf)

Eurobarometer (2009). Students and Higher Education Reform. Survey among students in higher education institutions, in the EU Member States, Croatia, Iceland, Norway and Turkey. Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_260_en.pdf.

EURODATA - Maria Kelo/Ulrich Teichler/Bernd Wächter (eds.) (2006) – Student mobility in European higher education. / – Bonn: Lemmens Verlags- & Mediengesellschaft. Disponível em: http://ec.europa.eu/education/erasmus/doc/publ/eurodata_en.pdf.

European Parliament (2010). Improving the Participation in the Erasmus Programme. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/studies>.

European Union Regional Policy (2011). Connecting Universities to Regional Growth: A Practical Guide. Smart Specialisation Platform.

Eurydice – A Rede de Informação sobre Educação na Europa (2008). A Governança do Ensino Superior na Europa. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. Disponível em: http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/091PT.pdf.

Eurydice Network (2012). Key Data on Education in Europe 2012. Disponível em: http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/key_data_series/134EN.pdf

Kaiser, F.; Vught, F. (2008). Classifying European higher education institutions. Paper for the ENID- PRIME Indicators Conference in Oslo, 26- 28 May 2008.

OCDE (2013), Education at a glance, OCDE, Paris.

OCDE (2012), Post-Secondary Vocational Education and Training: Pathways and Partnerships. Higher Education in Regional and City Development.

OCDE (2011), Education at a glance, OCDE, Paris.

Rego, Conceição; Abreu, Adriana; Cachapa, Filipa (2013), Algumas características das redes de ensino superior na Europa, in Conceição Rego et.al. (coord.) *Redes de Ensino Superior: contributos para os desafios do desenvolvimento*, Universidade de Évora, Évora (ISBN: 978-989-20-4215-2).

Rego, Conceição; Caleiro, António (2013), O ‘Mercado’ do Ensino Superior em Portugal: uma caracterização da situação actual, in Conceição Rego et.al. (coord.) *Redes de Ensino Superior: contributos para os desafios do desenvolvimento*, Universidade de Évora, Évora (ISBN: 978-989-20-4215-2).

Rego, Conceição; Caleiro, António; Vieira, Carlos; Vieira, Isabel; Baltazar, Maria da Saudade (2013), “Eficiência e/ou coesão territorial: de que modo uma rede de Instituições de Ensino Superior pode contribuir para estes objectivos?”, Munich Personal RePEc Archive Paper n.º 43638, Janeiro, Universidade de Munich.

Reichert, S. (2009). Institutional Diversity in European Higher Education. Tensions and challenges for policy makers and institutional leaders. European University Association (EUA).

Vieira, Carlos; Vieira, Isabel (2013), Procura de ensino superior em Portugal: determinantes e perspectivas, in Conceição Rego et.al. (coord.) *Redes de Ensino Superior: contributos para os desafios do desenvolvimento*, Universidade de Évora, Évora (ISBN: 978-989-20-4215-2).

Disponível em:

http://www.eua.be/Libraries/Publications_homepage_list/EUA_Instit_Diversity_web_sflb.ashx.

Sindicato Nacional do Ensino Superior (2004). O Síndrome do documento primário perdido: O Ensino Superior na rota de Bolonha. 15 de Abril de 2004. Coimbra.

Disponível em: http://www.uc.pt/ge3s/not_04/Sindroma_Doc-Perdido.pdf.